



Vigilante obtém condenação de três bancos para os quais prestava serviços em carro-forte

A parcela que caberá a cada um dependerá do tempo de serviço prestado.



Carro-forte

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a responsabilidade subsidiária do Banco Santander (Brasil) S.A., do Itaú Unibanco S.A., do Bradesco S.A. e da Tecnologia Bancária S.A. (Tecban) pelo pagamento de verbas trabalhistas devidas pela Trans-Expert Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (massa falida) a um vigilante de carro-forte que prestava serviços para os todos os estabelecimentos concomitantemente no Rio de Janeiro (RJ). Segundo a jurisprudência do TST, para a imputação da responsabilidade, é suficiente que as empresas tenham se beneficiado diretamente dos serviços.

Carro forte

Na reclamação trabalhista, o vigilante disse que fora admitido pela Trans-Expert em dezembro de 2002 e dispensado em maio de 2016 e que, nesse período, havia prestado serviços

para os três bancos e para a Tecban. Entre suas tarefas estava o abastecimento diário de agências e caixas eletrônicos e o recolhimento de valores. Pediu, assim, a responsabilização subsidiária das tomadoras de serviço pelas parcelas devidas pela prestadora.

Delimitação

O pedido foi deferido pelo juízo de primeiro grau, mas o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ) reformou a sentença. Segundo o TRT, a prestação de serviços simultânea impossibilita a delimitação do tempo despendido em benefício de cada um deles, não havendo, por conseguinte, como responsabilizá-los pelos créditos objeto da condenação.

Terceirização

Para a ministra Dora Maria da Costa, relatora do recurso de revista do trabalhador, a Súmula 331 do TST, que trata da terceirização, não faz restrição à imputação de responsabilidade subsidiária nos casos em que haja prestação de serviços simultânea a vários tomadores de serviços, sendo suficiente que as empresas tenham se beneficiado diretamente dos serviços. “A quantificação dos valores devidos individualmente pelas empresas, de acordo com o período do serviço prestado, pode ser apurada na fase de liquidação”, ressaltou.

A decisão foi unânime.

(LT/CF). Processo: RR-100899-47.2017.5.01.0037

Fonte: TST

Covid-19 é considerada doença do trabalho pelo TRT de São Paulo, e empresa deve emitir CAT

Justiça condenou Correios a emitir Comunicação de Acidente de Trabalho e outra série de medidas sanitárias de combate à covid-19



Correios deverão, ainda, aplicar uma série de protocolos sanitários para conter o avanço da covid-19

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e Baixada Santista) considera que a covid-19 é doença ocupacional. A decisão teve por base a definição de que a empresa não tomou todas as medidas para prevenir a contaminação pelo coronavírus no ambiente de trabalho. E que as medidas adotadas não foram suficientes para a contenção necessária. A decisão da 9ª Turma do TRT-2 negou por unanimidade recurso interposto pelos Correios contra decisão de primeiro grau. Na ação proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Correios (Sindect), o juízo condenou a empresa a diversas obrigações relacionadas a medidas sanitárias de contenção da covid-19 na unidade de Poá, informa a revista Consultor Jurídico (Conjur).

Os desembargadores do TRT-2 decidiram, ainda, confirmar a decisão de obrigar os Correios a emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) aos empregados que contraíram a doença causada pelo coronavírus.

Nexo causal

Na decisão, o colegiado lembrou que, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), o artigo 29 da Medida Provisória 927/20 é inconstitucional. Esse artigo previa que casos de contaminação pelo coronavírus não seriam considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexo causal.

Protocolos sanitários

Ao estabelecer que a covid-19 é doença do trabalho, o TRT-2 determinou que os Correios deverão, ainda, aplicar uma série de protocolos sanitários. Um deles é aplicar um questionário diário aos trabalhadores, como forma de fazer triagem dos que podem estar contaminados.

A empresa também deve considerar como suspeito de portar o vírus quem registrar temperatura corporal acima de 37,5º e afastar do trabalho presencial esses empregados que possam estar doentes ou com sintomas da covid-19, com manutenção da remuneração. Deverá afastar do trabalho presencial, ainda, os empregados que tiverem contato com trabalhadores que efetivamente se contaminaram. Além disso, a ECT deverá promover diariamente limpeza intensiva das instalações como forma de evitar a disseminação do vírus.

Fonte: Redação RBA

Sindicato encaminha para os municípios Lei aprovada na Câmara Municipal de Porto Velho que dá prioridade da vacina contra a COVID 19 para os vigilantes

O presidente do Sindicato Valdemar Cosme de Carvalho agradece a todos os vereadores o apoio para a aprovação da Lei



Diretor Auricélio, Guajará Mirim e Pres. da Câmara João Vanderlei de Melo



Del. Mateus, Nova Mamoré e Vereador Fábio Carcará (vigilante)



Diretor Edson, Ariquemes e Vereador Jorge B. Morais

Neste momento de pandemia, com tantas pessoas sofrendo com essa terrível doença que espalha um vírus por toda parte, com a perda de tantos companheiros vigilantes em todo o estado de Rondônia e Brasil, nada melhor que espalhar um “vírus do bem”.

Em uma iniciativa, o Sindicato dos Vigilantes do estado de Rondônia encaminha Lei aprovada na Câmara de Vereadores da Capital, através do Vereador Paulo Tico, que também é diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV e do Sindicato dos Vigilantes de Rondônia, solicitou emenda que incluiu os vigilantes como prioridade na Vacina contra a COVID-19 e está sendo repetida por todos os municípios do Estado.

Em Porto Velho nós temos um representante da categoria eleito, vereador Paulo Tico (AVANTE), assim como em alguns municípios do interior, mas, mesmo onde não temos eleitos os representantes de base do Sindicato compraram a ideia e estão buscando apoio junto as Câmaras de Vereadores e encaminhando Requerimento assinado pelo presidente do Sindicato, no sentido de ter o



Diretor Aldilei, Machadinho e Vereador Reginaldo M. Silva (vigilante)



Diretor Renato, Cacoal e Vereador Edimar Kapiche (vigilante do município)



Diretor Valtésir, Rolim de Moura e Vereador Ronny Ton



Diretor Reginaldo, Rolim de Moura e Vereador Eliomar M. da Silva



Diretor Jandir, Cerejeiras e Vereador Elói A. Ronsani



Del. Francisco, Ouro Preto e Vereador Alcinei B. S. de Jesus

Projeto de Lei aprovado e assim que saiba em tempo breve todos os vigilantes receberem a vacina de forma prioritária, considerando que o (DECRETO do Governo do Estado Nº 25.113 de Junho de 2021 Art. 1º e Item i) reconhece a função do vigilante como serviço essencial, assim como o Supremo Tribunal federal confirmou a competência dos Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações para combater a Covid 19.

O presidente do Sindicato Valdemar Cosme de Carvalho agradece a todos os vereadores o apoio para a aprovação da Lei na Câmara Municipal de Porto Velho e “Temos certeza que podemos contar com a sensibilidade das nossas autoridades municipais e em breve teremos toda nossa categoria vacinada e

Fonte: Rondônia Dinâmica



Vigilante Wiliam, Colorado D'oeste e Vereador Wander de Souza Castro



Diretor Waldivino, Costa Marques e Vereador Argemiro Disley P. Silva



Diretor Ailton, Jarú e Vereador Valmir A. Pereira

Empresserv informa que pagará vigilantes da Funcarte nesta quinta-feira (15/4)



Na manhã de quarta-feira, 14 de abril, diretores do Sindsegur notificaram a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Estratégica, que é responsável pela gestão financeira dos contratos com as empresas terceirizadas que prestam serviço para as secretarias do Município de Natal.

O objetivo da referida notificação foi cobrar o pagamento do salário e vale alimentação

em atraso dos vigilantes da Empresserv que trabalham nos postos de serviço da FUNCARTE.

De acordo com representantes da Empresserv há 3 meses o órgão não realiza pagamentos a empresa. Porém, nesta quarta-feira a prefeitura fez o repasse referente a um mês do contrato, portanto, segundo o setor financeiro da Empresserv os salários e vale alimentação dos vigilantes que estão atrasados será pago nesta quinta-feira, dia 15 de Abril.

O nosso sindicato está atento e vai continuar cobrando política e judicialmente, que as empresas de vigilância cumpram todos os direitos trabalhistas dos vigilantes. Essa tem sido a tarefa diária da diretoria do SINDSEGUR. Junte-se a nós!

Fonte: SINDSEGUR

RN Segurança – Sindsegur notifica Secretaria Municipal de Educação sobre atraso de salário e vale alimentação



A Na tarde desta quarta-feira, 14 de abril, os diretores Marcio Lucena e Eriberto Teixeira notificaram a Secretaria Municipal de Educação de Natal sobre o atraso do salário e vale

alimentação dos vigilantes da empresa RN Segurança.

Nossa entidade está atenta e vai continuar cobrando da empresa até que a mesma quite os débitos com os trabalhadores.

O papel do sindicato é defender o trabalhador, por isso a direção do Sindsegur vai continuar notificando e denunciando as empresas que descumprem direitos e cobrar, política e juridicamente, que tais empresas assumam a responsabilidade de cumprir seus compromissos trabalhistas.

Fonte: SINDSEGUR

Daniella Ribeiro lamenta fechamento de agências do Banco do Brasil na PB



A senadora disse que estará vigilante aos possíveis prejuízos causados aos bancários e à população

A senadora Daniella Ribeiro (Progressistas) lamentou nesta segunda-feira (12) o fechamento de quatro agências do Banco do Brasil na Paraíba, sendo duas em João Pessoa, uma em Campina Grande e outra em Alagoa Grande, apesar dos esforços feitos através de reuniões com a presidência do BB em Brasília, no início deste ano.

O fechamento de agências, na prática, representa acúmulo de trabalho para os funcionários do banco e filas ainda mais longas para a população. Segundo o presidente do Sindicato dos Bancários na Paraíba, Lindon Johnson Almeida, o que está acontecendo é um plano de desmonte do Banco do Brasil no país.

Diante disso, a senadora lamentou o fechamento das agências e destacou que a população como um todo acaba sendo prejudicada, além dos próprios servidores. “A

situação que já não era favorável, fica ainda pior. Infelizmente temos muitos municípios onde já não há agência, e as pessoas precisam se deslocar para outra localidade para sacar dinheiro. Isso causa um prejuízo para a economia local, além de causar transtornos para o cidadão que acaba pagando a mais ao ter que se deslocar para ter acesso ao serviço bancário”, declarou.

A senadora teve reunião em fevereiro com o então presidente do BB, André Brandão, que falou da necessidade de reestruturação do banco em todo o país. Na ocasião, Daniella pediu que as agências do Nordeste fossem as últimas a serem atingidas pelo tal plano, considerando o já insuficiente número de agências. Na mesma reunião, o presidente falou ainda sobre a abertura de postos de atendimento e do programa de demissão voluntária.

“Vamos continuar lutando pela categoria dos bancários, que também será duramente penalizada em tudo isso. Se as agências fecham, as filas aumentam. E se as filas aumentam, o bancário trabalha mais, o que acarreta danos à sua saúde devido à carga que muitas vezes é excessiva”, afirmou a senadora.

Daniella disse ainda que o fechamento das agências e o consequente aumento das filas acontece em um momento arriscado, devido à pandemia do novo coronavírus, uma vez que a Organização Mundial de Saúde (OMS) orienta o distanciamento social como uma das medidas de prevenção ao vírus.

Assessoria de imprensa
@daniellasenadora

Fonte: PB Agora

WhatsApp: golpe da prova de vida do INSS através do app



WhatsApp: golpe da prova de vida do INSS através do app Aposentados e pensionistas estão recebendo mensagens via WhatsApp de golpistas interessados em obter números de documentos e outras informações pessoais que possam ser utilizadas em fraudes financeiras, segundo alerta feito pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Em uma nova modalidade de golpe, que ganha força com o aumento da necessidade de utilização de meios digitais para acessar serviços públicos na pandemia de Covid-19, falsários utilizam o aplicativo para pedir que os beneficiários façam a prova de vida anual.

Para aplicar o golpe, o criminoso liga para a vítima e, em alguns casos, até informa alguns dados pessoais do aposentado ou pensionista. Depois, envia mensagem, por WhatsApp, pedindo para que a vítima mande fotos de documentos para, supostamente, finalizar o cadastro. O INSS não faz contato por telefone nem por WhatsApp para procedimento de prova de vida.

Além disso, a obrigatoriedade da realização da prova de vida está temporariamente suspensa e os cortes de benefícios por falta de renovação de senha estão previstos para serem retomados em maio no INSS.

Existe, porém, um projeto-piloto do INSS para a realização da fé de vida por meio da internet, mas ela é feita pelo “meu gov.br”, disponível nas lojas oficiais de aplicativos Android e IOS.

A prova de vida presencial, realizada na agência bancária em que o segurado recebe o benefício, não está proibida. No entanto, devido ao risco de contaminação pelo coronavírus, os bancos funcionam com horários restritos e a orientação é para que a população só saia de casa quando necessário.

O cidadão deve ficar ligado, pois o INSS só entra em contato em situações específicas e para informar a respeito de procedimentos, andamento de requerimentos ou realizar reagendamentos, e não pede informações pessoais ou senhas.

Fonte: MIX VALE

Debate sobre o balanço da Caixa mostra o quanto ela é importante para o país

Evento faz parte da semana de debates organizados pela Contraf-CUT e pela Fenae



O balanço da Caixa Econômica Federal de 2020 foi analisado, na noite desta quarta-feira (14), pelo economista Sergio Lisboa, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em evento online realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae).

Gustavo Tabatinga Jr, secretário-geral da Contraf-CUT, explicou que a atividade desta noite, assim como as do restante da semana, têm o objetivo de informar e instrumentalizar os dirigentes sindicais na defesa dos bancos públicos. “É um projeto muito gratificante para nós, pois possibilitamos que os nossos

dirigentes sindicais e todo o público bancário tenham acesso a informações detalhas e se informem mais claramente sobre como os bancos públicos são importantes para o Brasil. Com esse tipo de informação, não tem como os brasileiros não perceberem o papel da Caixa junto à população. É por isso que queremos disseminá-las, para que mais gente se una a nós na defesa dos bancos públicos.”

Sérgio Takemoto, presidente da Fenae, garante que o interesse despertado pelos debates, mostra que este tipo de evento é o caminho certo para as entidades. “Temos que chamar cada vez mais gente para nossos debates. Principalmente, neste momento de ataques aos bancos públicos. Nessa hora, é muito importante saber analisar o balanço dos

bancos, para vermos como são importantes num de momento de crise, como o que vivemos com a pandemia do coronavírus. Hoje, assim como sempre foi em todos os momentos difíceis para o Brasil, os bancos públicos são as principais ferramentas de desenvolvimento social e econômico para sair da recessão e voltar a crescer.”

O mediador da noite, Jair Pedro Ferreira, diretor de Formação da Fenae, revelou que esse trabalho feito pelas entidades são desdobramentos dos cursos de formação de bancos públicos. “Este tipo de iniciativa deve ser repercutido em todos os estados, para cada vez mais abrangermos mais gente.”

Rita Serrano, conselheira eleita para o Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, diz que muito importante saber fazer este tipo de análise, pois a Caixa mudou drasticamente nos últimos anos. “É fundamental a gente se atualizar, sabermos de qual banco estamos falando hoje.”

Para ela, o balanço mostra qual a intenção do controlador do banco e qual o papel que o banco terá nos próximos anos. As devoluções dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) são um exemplo. O IHCD é um tipo de contrato de empréstimo para reforçar o capital das instituições financeiras. Entre 2007 e 2013 a Caixa realizou seis contratos de IHCD junto ao Tesouro Nacional para permitir a ampliação da oferta de crédito, a diminuição da taxa de juros e o aumento da capacidade do banco em investimentos na habitação, saneamento, infraestrutura, entre outros.

Rita explicou que essas operações são benéficas para os dois lados porque o banco utiliza o recurso como capital para investimentos e o Tesouro recebe juros e correção em alguns contratos. “Esses contratos foram feitos com objetivo definido. No caso da Caixa, tem um contrato destinado a investimentos em habitação social e outro em saneamento.

Então foram usados para capitalizar os bancos para investirem no desenvolvimento do país”, explicou.

A Caixa já devolveu R\$ 11,35 bilhões de um total de R\$ 40 bilhões. Na semana passada, a Caixa aprovou a devolução do restante – cerca de R\$ 33 bilhões (somados aos juros e correção previstos em alguns contratos), após o Tribunal de Contas da União solicitar um calendário de restituição do dinheiro. “O patrimônio da Caixa em 2020 estava na ordem de R\$ 92 bilhões; portanto, nós estamos falando que 1/3 do patrimônio do banco será retirado em poucos anos”, alerta a conselheira, ao informar que votou contra todas as decisões de devolução do recurso.

É importante lembrar que IHCD não tem data de vencimento, portanto, a direção da Caixa não tem a obrigação de antecipar a devolução destes recursos, que são essenciais para fomentar investimentos no país. Entretanto, a intenção do presidente do banco, Pedro Guimarães, é devolver os IHCDs com o valor da venda de subsidiárias ainda neste ano. A primeira já tem data marcada – a abertura de capital da Caixa Seguridade está programada para acontecer já no dia 29 deste mês.

Rita Serrano destacou ainda outro ponto importante o balanço. “Todo o resultado que vimos hoje é fruto do principal patrimônio da Caixa, que são os trabalhadores. Isso ficou claro durante o último ano, quando mesmo em meio a uma pandemia, os empregados arriscaram as suas vidas para atender toda a população, com o pagamento dos benefícios sociais. Isso ficou claro no balanço do banco.”

A economista Regina Coeli Moreira Camargos concorda com a Rita. Fica claro que a estratégia e uma estratégia de desmonte. Entre 2010 e 2015, a receita era com operações da Caixa e acompanhou o crescimento da carteira comercial de clientes, o que incomodou em muito quem antes dominava esta seara, os bancos privados.

“Até por isso eles foram um dos principais financiadores do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Isso certamente influenciou nos rumos que foram implementados pela empresa no pós-golpe.”

Regina batizou a estratégia da gestão atual de 3D: descapitalizar, desinvestir, para desalavancar. “Qual é o papel do banco? É alavancar a população. O crédito é a alavanca da economia. E quem tem condição de fazer isso numa economia igual a nossa? É o banco público. Isso porque tem a capitalização frequente do tesouro público. Os bancos privados não têm essa fonte de capitalização. O banco público

tem uma fonte extra de capitalização, que é o tesouro nacional, que são o controlador do banco”, explicou.

Na quinta (15) serão apresentados os números do Banco do Brasil. A cereja do bolo foi deixada para sexta-feira (16), quando acontecerá um debate sobre a autonomia do Banco Central, com a participação do deputado federal Pedro Uczai (PT/SC), que coordena os debates sobre a reforma do sistema financeiro em seu partido, do Economista Sergio Mendonça, da presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, e do presidente da Fenae, Sergio Takemoto.

Veja abaixo a programação:

Dia 15 de abril, quinta-feira, às 19 horas

Análise do Balanço do Banco do Brasil

Apresentação do Balanço:

Nádia Vieira de Souza – Economista e técnica do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Mediador:

José Ricardo Sasseron – Bancário aposentado do BB. Foi conselheiro fiscal, conselheiro deliberativo e diretor de seguridade da Previ, eleito pelos participantes. Foi presidente da Anapar – Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e dos Beneficiários de Saúde Suplementar de Autogestão e representante dos trabalhadores no Conselho Nacional de Previdência Complementar.

- João Luiz Fukunaga – Secretário de Organização e Suporte Administrativo do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Coordenador da Comissão de Empregados do Banco do Brasil
- Debora Fonseca – Conselheira de Administração do Banco do Brasil eleita pelos trabalhadores.

Dia 16 de abril, sexta-feira, às 19 horas

Debate sobre a autonomia do Banco Central (Youtube e Facebook da Fenae)

Mediadora:

Lis Jannuzzi Weingartner – Jornalista da Fenae

Convidados:

- Pedro Uczai – Deputado Federal PT SC
- Juvandia Moreira Leite – Presidenta da Contraf-CUT
- Sergio Hiroshi Takemoto – Presidente da Fenae
- Sergio Mendonça – Economista e diretor do Reconta AÍ

FONTE: CONTRAF

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF